

Diarista // Adiada votação do projeto de lei

A Comissão de Seguridade Social do Senado adiou ontem, por falta de quorum, a votação do projeto de lei (PLS 160/09), que regulamenta a profissão de diarista. Apenas 11 dos 21 senadores que integram a Comissão compareceram à reunião, inviabilizando a apreciação da proposta. O projeto aumenta de dois para três dias de trabalho diarista sem carteira assinada, fixa uma carga horária de 8 horas por dia e cria um piso diário equivalente a 1/15 avos do salário mínimo vigente (R\$ 31). A regulamentação vai mexer com cerca de 3 milhões de pessoas em todo o país.

O projeto de autoria da ONG Doméstica Legal foi encampado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e busca tornar transparente a relação do diarista com o patrão. Em seu relatório, o senador Lobão Filho (DEM-MA) alterou o projeto original, ampliando para três dias a carga horária da diarista sem a obrigatoriedade do vínculo empregatício. A proposta volta na pauta da Comissão na próxima quarta-feira, dia 23.